



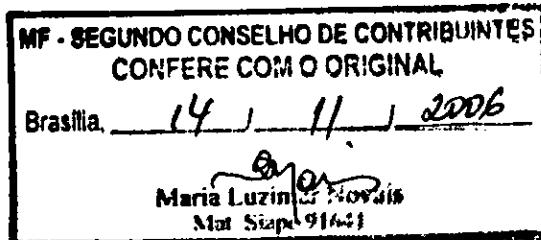
Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 15374.000480/00-11  
Recurso nº : 133734  
Acórdão nº : 204-01.779

MF-Segundo Conselho de Contribuintes  
Publicado no Diário Oficial da União  
de 27/01/07  
Rubrica *SD*

Recorrente : CAPRICHOSA TINTAS LTDA.  
Recorrida : DRJ no Rio de Janeiro - RJ



**NORMAS PROCESSUAIS. ÔNUS DA PROVA.** Consoante art. 333 do CPC e art. 16 do Decreto nº 70.235/72, o ônus da prova incumbe ao titular do seu direito. Tendo a empresa praticado exclusões da base de cálculo da Cofins, cabe a ela, sujeito passivo da contribuição submetida ao regime de lançamento por homologação, a prova dos fundamentos legais da exclusão levada a efeito.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por CAPRICHOSA TINTAS LTDA.

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 2006.

*Henrique Pinheiro Torres*  
Henrique Pinheiro Torres  
Presidente

*Julio César Alves Ramos*  
Julio César Alves Ramos  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Flávio de Sá Munhoz, Nayra Bastos Manatta, Rodrigo Bernardes de Carvalho, Raquel Motta Brandão Minatel e Adriene Maria de Miranda.

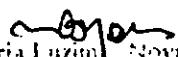


Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 15374.000480/00-11  
Recurso nº : 133734  
Acórdão nº : 204-01.779

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 14/11/2026

  
Maria Luzim de Oliveira  
Mat. N. 204-01.779

2º CC-MF  
Fl.

Recorrente : CAPRICHOSA TINTAS LTDA.

### RELATÓRIO

Trata-se de recurso voluntário contra decisão da DRJ no Rio de Janeiro - RJ que confirmou como procedente lançamento de Cofins levado a efeito sobre o contribuinte por diferenças encontradas no cotejo entre as bases de cálculo por ele informadas à Fiscalização e aquelas obtidas diretamente dos livros fiscais e contábeis da empresa. Essas diferenças decorreram do fato de a empresa ter apontado exclusões que não conseguiu comprovar, tendo alegado sucintamente em sua impugnação tratar-se de substituição tributária, sem contudo apontar o dispositivo legal que a prevê. Apontou ainda na impugnação decadência de parte do crédito e falta de comprovação, pelo auditor, da infração imputada.

Em seu recurso, inicia por apontar, como preliminar de mérito, suposto cerceamento do direito de defesa em virtude de o acórdão “não relata(r) com fidedignidade os fatos ocorridos, distorcendo os argumentos de defesa”.

No mérito, resume-se ao último ponto da impugnação, isto é a falta de comprovação, pelo Auditor, da infração a ela imputada. Segundo ele, caberia ao fiscal “ao detectar determinada infração à legislação ... registrá-la através de *Auto de Infração*...deixando consignada – de forma inconteste – a ocorrência da infração à legislação tributária” e instruir o processo fiscal “...com os elementos que serviram de base à quantificação do *Crédito Tributário* e, ademais, a comprovação inequívoca da infração de que o Contribuinte é (ou está sendo) imputado. O que – efetivamente – não ocorreu!” (destaques no original).

Por fim, salienta que a “a legislação tributária determina que a escrituração contábil mantida com observância das disposições legais faz prova a favor do Contribuinte dos fatos nela registrados e comprovados por documentos hábeis, segundo sua natureza, ou assim definidos em preceitos legais, cabendo à autoridade administrativa a prova da não veracidade dos fatos registrados com a observância da legislação em vigor” e que “a ora recorrente, ao contrário do que tentou fazer crer o Sr. Auditor Fiscal (não comprovação, através de documentos hábeis e idôneos), informou ao mesmo, acerca do extravio da documentação pelo ‘Guarda-Livros’, fato este constatado à época, pelo próprio Sr. Auditor Fiscal”.

É o relatório.





Processo nº : 15374.000480/00-11  
Recurso nº : 133734  
Acórdão nº : 204-01.779

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 14 / 11 / 2006

Maria Luzia de Oliveira  
Mai. Mar. 11-41

2º CC-MF  
Fl.

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR  
JÚLIO CÉSAR ALVES RAMOS

Consta dos autos (fl. 368) despacho da Divisão de Orientação e Análise Tributária da Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária – RJ, em que, *en passant*, se afirma ser o recurso tempestivo, muito embora nos autos não conste a data em que o contribuinte teria tomado ciência da decisão de primeira instância. No mesmo despacho aquela Autoridade acolhe a alegação da empresa de que não possui bens em valor suficiente para cobrir o montante de 30% do débito e propõe a subida do recurso. Face a este despacho e à atribuição regimental de competências, tomo conhecimento do recurso.

Do relatório emerge que se trata de recurso meramente procrastinatório. Com efeito, resume-se ele a vagamente indicar como “preliminar de mérito” a impropriedade do relatório fiscal da decisão de primeira instância que, ao distorcer os argumentos do contribuinte, provocou cerceamento do seu direito de defesa. Ora, a simples leitura daquele relatório mostra que não há qualquer distorção de seus argumentos. Com efeito, eles se resumiram a decadência, previsão de substituição tributária e falta de comprovação da infração. Todos eles foram convincentemente enfrentados pela DRJ, do que não resulta qualquer cerceamento. Quando muito, pode-se discordar dos fundamentos daquela decisão, o que fez regularmente a empresa não se cogitando, pois, de nulidade daquela decisão.

No restante, a única afirmação do recurso é que a fiscalização não teria apontado adequadamente a infração cometida pela empresa e não teria considerado o fato de ter ocorrido extravio dos documentos da empresa. Nenhuma razão com a recorrente.

Em primeiro lugar, a leitura da peça de acusação fiscal deixa patente a infração ocorrida (fls. 04 a 10): o contribuinte, reconhecendo não ter entregado as DCTF do período autuado (fl. 05) preencheu um demonstrativo da base de cálculo da Cofins (fls. 06 a 10) em que consignou em todos os meses, expressivas exclusões da base de cálculo. Intimada a esclarecer a base legal de tais exclusões, respondeu (fl. 04) “que os valores excluídos da Receita Bruta/Receita de Vendas... tem (sic) como título Substituição Tributária, sendo que o valor Contábil são valores não tributáveis, passando a ser tributado a base de cálculo, que são mercadorias que incide tributação conforme registro de saídas”. A autoridade lançadora, por sua vez, informa à fl. 267 e seguintes que o contribuinte “... não logrou comprovar na forma da legislação à época a que título foram efetuadas as exclusões da base de cálculo da Cofins”. Com base nisso, a fiscalização promoveu a confrontação dos valores devidos sobre as receitas da empresa (receita bruta de vendas de mercadorias e serviços, até janeiro de 1999, e receita operacional bruta, de fevereiro a junho) com os valores recolhidos da contribuição e lançou as diferenças. Apontou, ainda, a legislação infringida (fl. 269) e a base legal da multa e dos juros aplicados (fl. 265).

Ora, não há dúvida de que a fiscalização cumpriu todas as obrigações que lhe competiam, que estão devidamente elencadas no art. 142 do CTN, isto é, verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível. Isto feito, caberia à empresa, nos termos do art. 16, III, do Decreto nº 70.235/72 apresentar, juntamente com a sua impugnação, as provas que infirmem a acusação.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 15374.000480/00-11  
Recurso nº : 133734  
Acórdão nº : 204-01.779

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 14/11/2006

Maria Luzinor Novais  
Mat. Série 91641

2º CC-MF  
Fl.

Tal dispositivo do Processo Administrativo Fiscal apenas dá cumprimento ao art. 333 do CPC que prescreve:

*Art. 333. O ônus da prova incumbe:*

*I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito;*

*II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.*

A empresa teve, para tanto, diversas oportunidades, a começar ainda durante a fiscalização, conforme termo lavrado pelo D. Auditor solicitando esclarecimentos. Não o fez, porém. Provavelmente, porque não havia o que provar. Destarte, não serve como argumento de defesa, a imputação ao fiscal de demonstrar o indemonstrável. Demonstrado o crédito, apontada corretamente a legislação aplicável, apurada corretamente a matéria tributável, somente a prova contrária, produzida pela interessada, pode levar a sua modificação.

Com essas considerações, voto por negar provimento ao recurso.

É como voto.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 2006.

JÚLIO CÉSAR ALVES RAMOS